



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ**

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTAGIÁRIOS

EDITAL Nº 01/2019-MPPA

PSICOLOGIA

TARDE



CARGO: PSICOLOGIA**CONHECIMENTOS GERAIS**

Texto para responder às questões de **01** a **08**.

Aprimorar diálogo ajuda a prevenir tiroteios em escolas

Pesquisas sugerem que atiradores são deprimidos e suicidas. Iniciativas centradas no diálogo e na saúde mental de estudantes e professores podem ajudar a evitar tragédias, dizem especialistas.

Em 1999, poucos dias depois dos ataques ao Colégio Columbine, nos Estados Unidos, um incidente semelhante atingiu a pequena cidade de Taber, em Alberta, no Canadá. Um garoto de 14 anos invadiu o colégio W. R. Myers, disparando a esmo. Matou um estudante e feriu outros dois.

Especialista em estresse pós-traumático, o psicólogo Kevin Cameron foi chamado de imediato, para prestar atendimento às vítimas e sobreviventes. Desde então, ele e seus colegas tentam se antecipar a esse tipo de tragédia: “É possível prevenir tiroteios em colégio. E temos nos aprimorado nessa tarefa”, me disse ele durante o final de semana.

Cameron comanda hoje o Centro Norte-Americano para Avaliação de Riscos e Resposta a Traumas. Seu trabalho envolve ensinar educadores, policiais e pais a identificar jovens em risco para cometer atos de violência extrema, de modo a ajudá-los. Segundo ele, há ao menos duas coisas importantes a saber sobre esses adolescentes: a maioria sofre de problemas psicológicos graves, está deprimida e tem comportamento suicida. Não raro, têm histórico de convívio conflituoso com a família ou de abuso doméstico; e a maioria fala sobre seus planos, com amigos, pais ou professores, antes de executá-los: “A questão é que a maior parte das pessoas não leva a sério. Ninguém acha que aquele garoto seria capaz de praticar algo tão horrendo”, me disse Cameron. [...]

Segundo Cameron, o programa vem se mostrando bem-sucedido. Baseia-se em criar, nas escolas, ambiente propício ao diálogo e de proximidade com as famílias dos estudantes. A ideia é conhecer o contexto em que vivem, que problemas enfrentam, de modo a oferecer ajuda se necessário. Em 2013, o jornal *The New York Times* escreveu a respeito da iniciativa.

Na esteira do atentado à Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano, na última quarta-feira, a questão se tornou fundamental também para o Brasil. Incidentes dessa natureza não são tão comuns no país quanto nos EUA ou no Canadá. Mas pesquisadores defendem que mudar a dinâmica do convívio escolar, de modo a estimular o diálogo e oferecer suporte psicológico a alunos e estudantes, pode reduzir índices de violência: “As escolas mais violentas são aquelas onde há pior comunicação”, me disse a professora Kathie Njaine, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz e especialista em violência em escolas.

Njaine me disse que observou isso em trabalhos desenvolvidos por orientandas suas em municípios da Baixada Fluminense: “Mesmo naquelas situações em que o entorno do colégio era violento, as escolas onde havia uma boa relação com os jovens e as famílias tinham menos conflitos”, afirmou.

Construir ambiente propício ao diálogo nem sempre é tarefa simples. Por vezes, esbarra em problemas relacionados à estrutura das escolas: com tantos alunos, nem sempre professores e funcionários conseguem prestar a devida atenção a todos. É um desafio, também, porque exige que, não raro, as escolas lidem com problemas surgidos fora de seus muros. Compreender os problemas dos jovens requer, por exemplo, estar atento ao contexto em que vivem. “É importante olhar para as relações com a família, para os projetos de vida desses adolescentes”, diz Njaine.

Se o projeto de Los Angeles serve de exemplo, esse esforço de comunicação traz resultados: “Quando tragédias como a de Suzano acontecem, muita gente passa a discutir segurança pública. Passa a falar sobre a necessidade de colocar policiais nas escolas. Isso não basta”, diz Njaine. “Isso não resolve se você não pensar na educação como um todo. É preciso criar, nas escolas, ambientes abertos ao diálogo”.

(Rafael Ciscati. Disponível em: <https://epoca.globo.com/aprimorar-dialogo-ajuda-prevenir-tiroteios-em-escolas-23536751>. 20/03/2019. Adaptado.)

01

Dentre os termos/expressões destacados a seguir, indique aquele cujo sentido, de acordo com o contexto, **NÃO** foi indicado corretamente.

- A) “disparando a esmo. ” (1º§) / repentinamente
- B) “oferecer suporte psicológico” (5º§) sustentação
- C) “um incidente semelhante” (1º§) acontecimento imprevisível
- D) “ambiente propício ao diálogo” (4º§) caracteristicamente adequado

02

Considerando os excertos: “atendimento às vítimas” (2º§), “se antecipar a esse tipo de tragédia” (2º§), “de modo a estimular o diálogo” (5º§), “relacionados à estrutura das escolas” (7º§) pode-se afirmar que:

- A) Em todos os fragmentos, o emprego da preposição “a” está relacionado à regência verbal.
- B) Os termos regidos são elementos determinantes no uso da preposição “a”, em relação ao uso da norma padrão da língua.
- C) A exigência ou não do acento grave, indicador de crase, na vogal “a”, demonstra mudança do tipo de regência de um fragmento para o outro.
- D) O emprego obrigatório da preposição “a” pode ser observado em todos os trechos destacados, sem exceção, tendo em vista a regência apresentada.

03

De acordo com as informações e ideias apresentadas no texto, assinale a afirmativa correta.

- A) Fatores externos e de extrema gravidade são indicados como exclusivos geradores de tentativas, e até mesmo efetivação, de atentados contra grupos de pessoas diversos.
- B) A prevenção é citada como uma proposta de intervenção para a situação-problema discutida no texto; tal ação apresenta-se em um contexto concreto com determinado detalhamento.
- C) Na tentativa de coibir tragédias como as citadas no texto, é indispensável que sejam mantidas as práticas educacionais atuais, prezando pelo diálogo com o propósito de dirimir futuras ações de violência.
- D) O contexto em que vivem os jovens pode ser considerado um fator de risco contributivo para o envolvimento em situações de violência, prevalecendo de forma negativa sobre uma real oferta de diálogo promovida com objetivo de desfazer possíveis ameaças.

04

Em “Segundo ele, há ao menos duas coisas importantes a saber sobre esses adolescentes: a maioria sofre de problemas psicológicos graves, está deprimida e tem comportamento suicida.” (3º§), acerca da expressão “segundo ele” pode-se afirmar que:

- A) Possui valor aditivo, acrescentando uma nova informação aos fatos relatados anteriormente.
- B) Introduz uma informação por meio da ideia de conformidade, além de retomar um referente já existente no texto.
- C) Demonstra o elevado grau de formalismo do texto; utilizando, para isso, uma locução conjuntiva que realça o referente expresso anteriormente.
- D) Confere destaque à informação mencionada anteriormente, além de estabelecer a progressão referencial necessária ao desenvolvimento do texto.

05

O emprego de verbos impessoais possui características específicas que os distinguem do que ocorre com outros verbos de modo geral. A conformidade de seu uso de acordo com a variedade padrão da língua pode ser observada em “há ao menos duas coisas importantes” (3º§). Indique, a seguir, a alternativa que NÃO apresenta erro de acordo com a norma padrão.

- A) Há de chorar pelos resultados todos que pleiteavam esta causa.
- B) Fatos estranhos havia naquele lugar, era o que constava no relato.
- C) Suponho que ainda devem haver argumentos para serem apresentados.
- D) Certo é que houveram duas discussões sérias acerca do caso relatado, não mais.

06

Em “exige que, não raro, as escolas lidem com problemas surgidos fora de seus muros.” (7º§), as vírgulas foram empregadas com o objetivo de:

- A) Separar elementos coordenados no enunciado.
- B) Separar expressão conclusiva considerando-se a afirmativa anteposta.
- C) Isolar expressão de valor explicativo, relacionada à informação posterior.
- D) Indicar a supressão de um termo, sintetizando o enunciado adequadamente.

07

Pode-se reconhecer que o desenvolvimento do conteúdo textual em análise teve como elemento motivador:

- A) Um fato real e atual.
- B) Uma campanha contra a violência.
- C) Uma determinação de especialistas.
- D) Atentados ocorridos em diferentes países.

08

Ao relacionar os desafios enfrentados nas escolas, o texto aponta duas situações específicas e diversas: a estrutura das escolas e o contexto vivido pelos alunos fora dela. No desenvolvimento dessas ideias, foram utilizadas as expressões “construir ambiente propício” e “problemas surgidos fora de seus muros”. Acerca dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir.

- I. As duas expressões destacadas fazem referência a um mesmo espaço que é reconhecido sob olhares diferentes.
- II. O sentido metafórico pode ser identificado mediante o emprego do verbo “construir” tendo em vista o contexto em que está inserido.
- III. A expressão “fora de seus muros” indica a extrapolação de um limite para atuação na resolução de questões diversas referentes ao contexto vivido pelos alunos.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Texto para responder às questões de 09 a 12.

O desenvolvimento tecnológico é indubitavelmente um fato positivo que traz progresso à vida humana em todos os seus âmbitos, no Direito não há de ser diferente. Existe, contudo, um parvo e limitado ponto de vista segundo o qual a introdução de novas tecnologias no meio jurídico fomentará a substituição de advogados e juízes por máquinas, que seriam mais eficientes, assertivas e rápidas (tanto para fazer petições iniciais quanto formular defesas ou tomar decisões), tudo embasado em *softwares* que buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência.

A falha da supracitada suposição deve-se ao fato de o referido ponto de vista ignorar fatores e características importantes de um ser humano. Uma máquina ou um programa computacional não possuem capacidade de trabalhar casuisticamente (trabalhariam somente com teses padronizadas e programadas), assim como são incapazes de colocar emoções nas acusações ou defesas, e muito menos podem interagir com o cliente e com todas as variáveis de cada situação. Existem muitas características exclusivamente humanas que são essenciais para as profissões jurídicas e jamais poderão ser alcançados por *softwares*.

(Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mar-29/opiniao-influencia-desenvolvimento-tecnologico-direito>. Uma análise sobre a influência do desenvolvimento tecnológico no Direito. 29/03/2019. Por Flavio Quinaud Pedron, André Reale e Cleidineia Ramalho. Fragmento.)

09

Considerando as ideias apresentadas, infere-se do texto que:

- A) Pontos de vista distintos são prejudiciais à medida que causam certo entrave ao processo de desenvolvimento social e profissional.
- B) A suficiência do desenvolvimento tecnológico não pode ser reconhecida por algumas categorias da sociedade tendo em vista parâmetros retrógrados e tradicionais.
- C) O uso inadequado da tecnologia poderá contribuir para que aspectos negativos possam dominar algumas esferas da sociedade, inclusive as relacionadas aos profissionais citados no texto.
- D) Há um confronto válido acerca da suposição inicial quanto à forma de aplicação de novas tecnologias baseado em argumentos que indicam uma posição favorável à manutenção de determinadas práticas.

10

Em “Existe, contudo, um parvo e limitado ponto de vista segundo (...)” (1º§) o termo separado por vírgulas:

- A) Amplia a informação posterior.
- B) Contesta a informação anterior.
- C) Intensifica a formalidade textual.
- D) Justifica a contestação feita a seguir.

11

O período *“O desenvolvimento tecnológico é indubitavelmente um fato positivo que traz progresso à vida humana em todos os seus âmbitos, no Direito não há de ser diferente.”* (1º§) manteria a correção linguística e semântica de acordo com a seguinte reescrita:

- A) O desenvolvimento tecnológico é certamente um fato positivo que, no Direito, traz progresso à vida humana em todos os seus aspectos.
- B) Assim como o desenvolvimento tecnológico é concretamente um fato positivo que traz progresso à vida humana em todos os seus âmbitos, o Direito também o é.
- C) Mostra-se, incontestavelmente, como um fato positivo que traz progresso à vida humana em todos os seus âmbitos, o desenvolvimento tecnológico; não sendo diferente no Direito.
- D) O desenvolvimento para a tecnologia, indubitavelmente, promove um fato positivo — trazem progresso à vida humana em todos os seus âmbitos — no Direito não há de ser diferente.

12

Quanto aos termos destacados em: *“Existe, contudo, um parvo e limitado ponto de vista segundo o qual a introdução de novas tecnologias no meio jurídico fomentará a substituição de advogados e juizes por máquinas, que seriam mais eficientes, assertivas e rápidas (tanto para fazer petições iniciais quanto formular defesas ou tomar decisões), tudo embasado em softwares que buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência.”* (1º§) pode-se afirmar que:

- I. Todos têm o mesmo referente e são classificados como partículas integrantes das orações em que estão inseridos.
- II. As duas ocorrências do vocábulo “que” demonstram o desempenho da função sintática de sujeito nas orações em que se apresentam.
- III. Apenas as duas ocorrências do “que” possuem referente textual, o mesmo não ocorre com “o qual”, expressão responsável por contribuir para a progressão textual.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) II e III, apenas.

13

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 57, de 06 de julho de 2006, acerca da autonomia do Ministério Público do Pará, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, não dispondo de dotação orçamentária própria.
- II. Ao Ministério Público compete a elaboração das regras e normas de seu próprio regimento interno.
- III. O Ministério Público detém autonomia para a prática de seus próprios atos de gestão.
- IV. A aquisição de bens e a contratação de serviços, efetuada a respectiva contabilização, cabem ao Ministério Público.
- V. Cabe ao Ministério Público, após proposta apresentada pelo Poder Legislativo, fixar e reajustar o subsídio de seus membros.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) II, IV e V.
- D) II, III e IV.

14

Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, no que se refere à organização, é correto afirmar que:

- A) Os Subprocuradores-Gerais de Justiça são órgãos de Administração Superior.
- B) As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público.
- C) Dentre os órgãos de Execução, destaca-se a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- D) Os estagiários são legalmente situados dentre os órgãos de execução, vez que atuam dentro das Promotorias.

15

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do estado do Pará afastou-se em caráter de urgência, em licença médica. Diante do ocorrido, o Corregedor-Geral do Ministério Público o substituiu de imediato.

Considerando a situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- A) A substituição pelo Corregedor-Geral somente ocorre na falta de um dos Subprocuradores-Gerais de Justiça designados.
- B) Na falta do Corregedor-Geral do Ministério Público, substituirá o Procurador-Geral de Justiça, um dos Procuradores de Justiça, observada a ordem de designação.
- C) Apenas o Procurador de Justiça mais antigo do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público poderia substituir o Procurador-Geral em casos de ausência.
- D) Segundo estabelece a Lei Orgânica do Ministério Público, a preferência na listagem de substituição do Procurador-Geral é do Corregedor-Geral, seguido dos Subprocuradores-Gerais de Justiça e, na ausência destes, do Procurador de Justiça mais antigo.

16

A aprovação do Regulamento do Estágio no Ministério Público, que disciplina seleção, investidura, atribuições, vedações e dispensa de estagiários, é de competência do:

- A) Corregedor-Geral.
- B) Promotor de Justiça.
- C) Colégio de Procuradores de Justiça.
- D) Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

17

Considerando o que dispõe a Lei Orgânica do estado do Pará sobre os estagiários, assinale a alternativa correta.

- A) O estágio poderá se dar por 2 (dois) anos, sendo possível uma prorrogação por igual período.
- B) O estágio será remunerado e gera vínculo empregatício temporário com o Ministério Público.
- C) O Regulamento do Estágio do Ministério Público será solicitado por proposta do Procurador-Geral de Justiça.
- D) O Ministério Público somente oferecerá estágio a alunos dos últimos 3 (três) semestres de seus respectivos cursos.

18

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, pautando-se por Princípios Institucionais. Indique a alternativa que contempla corretamente os Princípios Institucionais do Ministério Público.

- A) Da Universalidade, da Autonomia e da Indivisibilidade.
- B) Da Unidade, da Indivisibilidade e da Independência funcional.
- C) Da Autonomia, da Transparência e da Independência funcional.
- D) Da Transparência, da Universalidade e da Independência funcional.

19

Os cargos de Promotor de Justiça são classificados em entrâncias. A terceira entrância é correspondente às Promotorias de Justiça:

- A) Da Comarca de Belém.
- B) Dos municípios ou Comarcas de médio porte populacional.
- C) Dos municípios ou Comarcas de maior demanda de serviços.
- D) Dos municípios ou Comarcas de menor ou médio porte populacional.

20

Para indicação à vaga de Desembargador pelo quinto constitucional devida ao Ministério Público, o candidato a integrar a lista sêxtupla deverá atender aos seguintes requisitos, EXCETO:

- A) Ter mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade.
- B) Ter atuado mais de 10 (dez) anos em terceira entrância.
- C) Ter mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício na carreira.
- D) Não ter sofrido qualquer punição disciplinar em toda a sua carreira como membro do Ministério Público.

21

A nomeação do Procurador-Geral de Justiça é feita pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os integrantes da carreira do Ministério Público que atendam aos requisitos legais, mediante lista tríplice que será formada pelos membros do Ministério Público mais votados em eleição realizada para esse fim. Sobre as eleições para lista tríplice, é correto afirmar que:

- A) A Comissão Eleitoral é presidida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
- B) Havendo empate terá preferência o candidato mais antigo na carreira do Ministério Público.
- C) Não caberá recurso da decisão que indeferir o pedido de registro com base no não atendimento dos requisitos legais da função.
- D) O requerimento do interessado poderá ser direcionado à Comissão Eleitoral no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do Edital de Eleições.

22

A destituição do Procurador-Geral de Justiça poderá ser proposta por iniciativa do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo, neste caso, serem observadas a forma e a condução previstas na Lei Orgânica do Ministério Público. Serão razões para a destituição do Procurador-Geral de Justiça do cargo, EXCETO:

- A) Abuso de Poder.
- B) Conduta incompatível.
- C) Prática de jogos de azar.
- D) Grave omissão dos seus deveres legais.

23

Em algumas situações específicas, é possível, ao membro do Ministério Público afastado de seu cargo, o reingresso, reestabelecendo o vínculo jurídico com o Ministério Público. Sobre as modalidades de reingresso, assinale a alternativa correta.

- A) O aproveitamento é facultativo quando for reestabelecido o cargo de cuja extinção decorreu a disponibilidade.
- B) Tem-se a reversão nos casos em que seja declarado por junta médica oficial, insubsistente o motivo da aposentadoria.
- C) A remoção por permuta permite o reingresso do membro a cargo ocupado, mediante interesse de permuta pelo atual ocupante.
- D) Na reintegração há o retorno do membro ao cargo, sem, contudo, fazer jus ao ressarcimento dos subsídios e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento.

24

Considerando as vedações impostas aos membros do Ministério Público, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedado aos membros do Ministério Público receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, porcentagens ou custas processuais.
- II. Poderá o membro do Ministério Público exercer a advocacia, tão logo seja afastado por aposentadoria, ainda que no juízo do qual se afastou.
- III. Não há impedimentos para que o membro do Ministério Público participe de sociedade comercial.
- IV. É permitido ao membro do Ministério Público o exercício do Magistério.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

25

Em relação ao comportamento humano e numa tentativa de compreender como as pessoas reagem em situações de conflito, é importante destacar alguns fatores que podem ser responsáveis pela reação de uma pessoa em um dado momento de uma situação de conflito.

(Mira Y Lopez. 2008.)

Esses fatores são, EXCETO:

- A) Mistos.
- B) Isolados.
- C) Herdados.
- D) Adquiridos.

26

A psicologia do desenvolvimento constitui-se como uma das abordagens para a compreensão do ser humano, isto acontece através da descrição e explorações das mudanças psicológicas que o sujeito sofre no decorrer do tempo, mostrando, assim, como essas mudanças podem ser descritas e compreendidas. *(Trindade, 2012 p. 76.)*

Em relação às variáveis questões jurídicas e ao desenvolvimento do ser humano, deve-se considerar que a noção clara da etapa do desenvolvimento humano é um fator crucial e este nunca deverá ser menosprezado, por considerar que:

- A) Compreensão e respeito são fatores cruciais em se tratando do desenvolvimento humano, pois, independente dos ciclos de vida, o ser humano precisa ser considerado sujeito subjetivo.
- B) O desenvolvimento humano é um fator crucial e que, independente do momento ou etapa, deverá ser respeitado nos diversos sentidos em qualquer situação, considerando que o ciclo de vida não define diferenças.
- C) Cada sujeito se encontra em uma etapa do ciclo vital e deve ser compreendido pelo direito de acordo com as características desta etapa, ou seja, tendo-se em vista as condições inerentes a esse momento da vida.
- D) Cada sujeito se encontra em uma etapa do ciclo vital e que deve ser compreendido pelo direito de acordo com as características desta etapa, desconsiderando ou não os demais fatores, já que estes nem sempre são relevantes.

27

Os direitos da personalidade estão vinculados ao reconhecimento de outros direitos inerentes à pessoa humana, sendo eles imprescindíveis ao desenvolvimento das potencialidades físicas, psíquicas e morais.

(Trindade, 2012, p. 86. apud, Consoante Pereira 2008, p. 198.)

De acordo com os direitos da personalidade e os demais direitos inerentes ao ser humano, assinale a alternativa que menciona-os corretamente.

- A) Direito à honra, direito à vida, direito à integridade psíquica e direito à assistência médica.
- B) Direito à integridade psíquica, direito à vida, direito ao lazer, direito à honra e direito à imagem.
- C) Direito à vida, direito ao nome, direito à honra, direito à imagem e direito à integridade psíquica.
- D) Direito à vida, direito ao nome, direito à imagem e direito à integridade psíquica, direito ao lazer.

28

O transtorno bipolar, previamente denominado e mais conhecido como maníaco-depressivo, não é um transtorno homogêneo. Atualmente, é considerado como parte do conjunto afetivo que inclui maior ou menor grau de agitação, euforia, grandiosidade, impulsividade, irritabilidade, aceleração da linguagem e do pensamento, estímulos aos comportamentos adictivos e hedonistas. *(Knapp, 2004, p. 317.)*

Considerando a definição sobre o transtorno afetivo bipolar e os seus estágios de mania comum, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Em relação ao humor, a labilidade, a euforia e a irritabilidade, devido à frustração, caracterizam o primeiro estágio.
- () O comportamento de atividades e atitudes bizarras e frenéticas pode ser observado no segundo estágio.
- () Sobre a cognição pode-se afirmar que a fuga de ideias, a desorganização cognitiva e os delírios encontram-se no segundo estágio.
- () O terceiro estágio está relacionado à cognição, podendo-se observar incoerência, delírios bizarros, alucinações e ideias de referência.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, V, V.
- C) F, F, V, V.
- D) F, V, V, F.

29

A psicologia forense é a psicologia aplicada ao campo da prática judicial e, como tal, constitui-se em uma das áreas de estudo resultantes das relações entre a psicologia e a lei. *(CUNHA, 2000 p. 183.)*

A psicologia forense ou judicial, como também é conhecida, surgiu da necessidade de:

- A) Elaborar informe pericial técnico, quando solicitado.
- B) Realizar avaliações psicológicas no contexto judicial.
- C) Assessorar magistrados em suas tarefas de julgamentos.
- D) Realizar avaliações de danos psíquicos e formular laudos.

30

Falando a futuros Juízes e defensores em “A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos”, Freud aponta uma diferença fundamental entre o paciente da psicanálise e a pessoa acusada pela justiça. (Brandão, 2004 p. 36.)

“No caso do cometimento de um delito, o(a) _____ tem a intenção de _____ o segredo da justiça, já o(a) _____ não conhece o _____, que está oculto para ele mesmo.” Assinale abaixo a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) pessoa / ocultar / psicótico / ato
- B) neurótico / revelar / pessoa / ato
- C) pessoa / ocultar / neurótico / segredo
- D) psicótico / revelar / indivíduo / segredo

31

Entende-se que atualmente o conceito de adoção tem variado ao longo da história, tanto de maneira legal quanto de maneira informal. Do conceito jurídico de “obtenção de um filho através da lei” até “a adoção com reais vantagens para a criança” do nosso Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). (Brandão, 2004 p. 99.)

Em relação às funções e atribuições do psicólogo e, ainda, às práticas de adoção, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os critérios para adoção não têm sido constantes através dos anos, pois recebem influências de variáveis legais, psicológicas, sociais e jurídicas.
- B) A participação do psicólogo em processos de decisão jurídica está marcada pelo seu caráter multidisciplinar, sendo uma prática cada vez mais considerada.
- C) A adoção pode ser considerada sempre como uma situação complexa, pois sua essência consiste em criar um processo, segundo o qual se realiza a transição de uma criança da família biológica à família adotiva.
- D) No processo de adoção é importante considerar algumas variáveis importantes para o desenvolvimento psicológico da criança, independente de como estas foram vividas e refletidas, tais como: abandono, ruptura, institucionalização, entre outras.

32

Dentre as formas de avaliação psicológica é importante destacar o exame psicodiagnóstico clínico. Através desse processo científico, pode-se estudar profundamente a personalidade, do ponto de vista fundamentalmente clínico. Considerando os dados sobre as etapas do psicodiagnóstico, assinale a alternativa correta.

- A) Estudo do material colhido para obter um quadro mais claro possível sobre o caso em questão (quinto momento).
- B) Primeiras entrevistas, nas quais tenta-se esclarecer o motivo latente e o motivo manifesto da consulta (primeiro momento).
- C) Reflete sobre o material colhido anteriormente e sobre as hipóteses iniciais para planejar os passos a serem seguidos (quarto momento).
- D) Realização da estratégia diagnóstica planejada; por isso insiste que não deve haver um modelo rígido de psicodiagnóstico (terceiro momento).

33

Na área jurídica, os psicólogos tendem a utilizar os mesmos métodos de investigação utilizados na clínica, como entrevistas, testes, recuperação de dados de arquivo (protocolos) e informações de familiares e terceiros. (CUNHA, 2000 p. 184.)

Considerando os métodos de avaliação do psicólogo e as suas particularidades na área jurídica, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Para se compreender os aspectos distintivos da avaliação forense é importante que se tenha uma visão diferenciada do contexto do trabalho do psicólogo na área clínica e em sua atividade junto ao sistema legal.
- B) A natureza específica desta avaliação obriga a uma adaptação das informações às questões formuladas, valorizando de modo diferenciado as estratégias para obtenção dos dados, de forma a estabelecer uma maior confiabilidade destes.
- C) A precisão da informação é importante, apenas no *setting* clínico, considerando que na concepção clínica a compreensão da visão particular do cliente sobre o problema, que é o motivo do processo, fica em primeiro plano, deixando a avaliação mais objetiva.
- D) O examinador jurídico deve preocupar-se com a exatidão da informação, na medida em que sua avaliação deve responder sobre fatos que extrapolam a subjetividade do examinado. Ainda que a visão do cliente seja importante, torna-se secundária para os objetivos propostos.

34

Na perícia forense, as avaliações podem ser realizadas por um ou por vários psicólogos, bem como podem ser feitas em conjunto com outros técnicos de especialidades diversas. Existe, ainda, a possibilidade do laudo ser emitido por uma entidade, mas sempre com a identificação dos profissionais envolvidos. O papel do psicólogo junto ao pedido de uma Avaliação Jurídica pode acontecer diante dos determinados meios, EXCETO:

- A) Em função do seu desempenho profissional em uma instituição pública.
- B) Como perito, sendo ou não oficial, a pedido de uma das partes litigantes.
- C) Como perito oficial, quando designado pelo juiz, no decorrer do processo.
- D) A pedido de uma das partes litigantes, quando é conhecido como perito assistente.

35

A avaliação psicológica na área jurídica possui um viés próprio, que é a constante preocupação que os técnicos devem ter em vista de possível distorção de dados por parte do periciados. *(CUNHA, 2000 p. 188-189.)*

De acordo com essas informações, analise as afirmativas a seguir.

- I. Conduta cautelosa e premeditada, fala lenta, repetição de questões, excessiva hesitação.
- II. Simplificação dos desenhos no momento da testagem, postura rígida e não colaborativa durante os comandos.
- III. Confirmação de sintomas óbvios (principalmente os positivos e os mais espalhafatosos, em detrimento dos negativos e mais tênues).

Confirmam distorções na avaliação jurídica apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) III.
- C) I e III.
- D) I, II e III.

36

Hoje, no momento em que a psicologia avança no sentido de tornar-se uma profissão a serviço da saúde mental e da maior expressão da singularidade, a prática em psicologia jurídica continua ainda muito atrelada aos processos jurídicos, atuando os psicólogos jurídicos, em áreas como juizados de menores, varas civis e criminais e as penitenciárias. *(MIRA, 1995 p. 235.)*

De acordo com o enunciado anterior, é correto afirmar que:

- A) Os psicólogos não defendem a ideia de deixar de ter somente uma prática profissional voltada ao serviço de instituições jurídicas, passando a buscar uma atuação também no serviço da cidadania.
- B) Os psicólogos deveriam defender a ideia de deixar de ter somente uma prática profissional voltada ao serviço de instituições jurídicas, passando a buscar uma atuação também no serviço da cidadania.
- C) Alguns psicólogos defenderam, por algum tempo, a ideia de deixar de ter somente uma prática profissional voltada ao serviço de instituições jurídicas, passando a buscar uma atuação também no serviço da cidadania.
- D) Alguns psicólogos estão preocupados e defendem a ideia de deixar de ter somente uma prática profissional voltada ao serviço de instituições jurídicas, passando a buscar uma atuação também no serviço da cidadania.

37

O psicólogo, na elaboração de seus documentos, deverá adotar como princípios norteadores as técnicas da linguagem escrita e os princípios éticos, técnicos e científicos da profissão. *(Resolução CFP nº 007/2003 p. 3.)*

Em relação aos princípios da linguagem escrita, é correto afirmar que:

- A) Na elaboração de documentos, o psicólogo baseará suas informações na observância dos princípios e dispositivos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.
- B) A concisão se verifica no emprego da linguagem adequada; de outro modo a clareza não se traduz, na estrutura frasal, pela sequência ou ordenamento adequado dos conteúdos.
- C) O emprego de frases e termos não deverá ser compatível com as expressões próprias da linguagem profissional, garantindo, assim, a precisão e o entendimento na comunicação.
- D) A comunicação deve apresentar como qualidades: a clareza, a concisão e a harmonia, evitando a diversidade de significações da linguagem popular, considerando, ainda, a quem o documento será destinado.

38

Pode-se afirmar que o relatório ou laudo psicológico é uma peça de natureza e valor científico. Portanto, os termos técnicos devem estar acompanhados das explicações e conceitos com embasamento teórico que sustentem as afirmações.

(Resolução CFP nº 007/2003 p. 3.)

Fazem parte da estrutura do relatório ou laudo psicológico, EXCETO:

- A) Análise.
- B) Conceito.
- C) Identificação.
- D) Procedimento.

39

Toda profissão se define a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como todo.

(Resolução CFP nº 010/05.)

Ao psicólogo é vedado, EXCETO:

- A) Estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de psicologia.
- B) Interferir na validade e fidedignidade de instrumentos e técnicas psicológicas, adulterar seus resultados ou fazer declarações falsas.
- C) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.
- D) Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência.

40

Sobre o código de ética do servidor público é relevante assinalar que a área pública, assim como a privada, também tem obrigatoriedade no cumprimento ético de seus deveres por meio da gestão pública e da atuação dos servidores públicos.

(Arantes, 2012 p. 73.)

Dentre os princípios que regem a atuação do servidor público, assinale a alternativa correta.

- A) Evitar participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
- B) Servir o cidadão, considerando que esta é, sem dúvida, uma vocação cujo exercício ético e transparente é pressuposto básico para todo aquele que é aprovado em concurso público.
- C) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem próprio.
- D) Apenas a distinção entre o bem e o mal é suficiente para a moralidade na Administração Pública, mas deve ser acrescida da consciência de que a razão da atuação do servidor público é a busca pelo bem comum.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente. Todos os demais objetos devem ser colocados na embalagem não reutilizável fornecida pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e carteira com documentos e valores em dinheiro.
2. Não é permitido empréstimo de material nem qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou por qualquer outro meio, nem utilizar ou portar, mesmo que desligados, durante realização da prova, *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pendrive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, carteiras, bem como utilizar ou portar, durante a sua realização, óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia), protetor auricular, chapéu, boné, gorro, etc.
3. O tempo de duração do Processo Seletivo é de 3 (três) horas e abrange a assinatura e a transcrição das respostas para a Folha de Respostas.
4. Com vistas à garantia da segurança e a lisura do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de coleta de impressão digital e, ainda, ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída dos sanitários durante a realização da prova.
5. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas que lhe foi fornecida estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As questões da prova objetiva são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D) e uma única resposta correta.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas (Gabarito) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
8. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir acerca das questões.
9. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá deixar o local de realização da prova objetiva depois de transcorridos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem com a assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos dois outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade Escolar.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito preliminar das questões objetivas da prova será divulgado nos *sítes* da Consulplan (www.consulplan.net) e do MPPA (www.mppa.mp.br), a partir das 18h do dia 16 de junho de 2019.
- O candidato que desejar interpor recursos contra o gabarito preliminar poderá fazê-lo, no prazo de 2 (dois) dias, a partir do dia subsequente ao da divulgação.